



**FRANCILENE DE LOURDES BONIFÁCIO**

**EVOLUÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL E PAISAGÍSTICA DA  
FAZENDA BOA ESPERANÇA EM BELO VALE**

**LAVRAS – MG**

**2020**

**FRANCILENE DE LOURDES BONIFÁCIO**

**EVOLUÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL E PAISAGÍSTICA DA  
FAZENDA BOA ESPERANÇA EM BELO VALE**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Graduação em Agronomia para a obtenção do título de Bacharel.

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Michele Valquíria dos Reis  
Orientadora

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Patrícia Duarte de Oliveira Paiva  
Coorientadora

**LAVRAS – MG**

**2020**

A Deus  
Aos meus pais, Francisco e Ivone  
Às minhas irmãs e aos meus tios, que  
sempre me auxiliaram em todos os sentidos  
Aos amigos me incentivaram a não desistir.  
A todos os jovens pretos que almejam  
alcançar seus sonhos por meio dos estudos.  
**DEDICO.**

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por ser meu guia e instrutor e por me iluminar a cada passo;

À minha família, em especial aos meus pais Ivone e Francisco, as minhas maravilhosas irmãs Franciéle, Francimeire, Yara e Yasmin pelo apoio em todos os momentos de dificuldades e nas alegrias também, durante toda a graduação;

À Universidade Federal de Lavras que me permitiu adquirir os conhecimentos para futuramente ser uma grande profissional de qualidade, que para sempre será lembrada por mim com muito carinho e gratidão;

Ao Departamento de Agricultura e ao Setor de Paisagismo e Floricultura por permitir a realização de todo este trabalho;

Ao PIBIC/UFLA por me permitir bolsas ao longo de toda graduação, concretizando este trabalho;

Ao NEPAFLOR pelo acolhimento durante todos esses anos de graduação, pelo aprendizado, partilha de conhecimento e grandes amizades construídas, para sempre será como a minha segunda casa;

À professora e orientadora Dr.<sup>a</sup> Michele Valquíria dos Reis pela confiança, amizade e conselhos de incentivo e por sempre acreditar na minha capacidade de um dia ser a profissional que desejar, pois sem o seu apoio esse trabalho não seria concretizado;

À professora e orientadora Dr.<sup>a</sup> Patrícia Duarte de Oliveira Paiva por todo o incentivo, aprendizado, carinho e atenção durante toda a graduação e por me servir de grande inspiração como futura profissional;

Aos amigos do DEPRESSOMOS que estiveram ao meu lado durante toda a graduação, uma amizade que durará a vida toda, meu muito obrigada por tudo e por tanto;

As amigas do meu apartamento que conviveram comigo todos os dias e que sabem mais do que ninguém como sou na essência. Muito obrigada pelo apoio, carinho e amizade e por me fazerem acreditar que a vida pode ser mais leve;

A todos que me ajudaram a crescer e que viram meu esforço para realização deste trabalho.

**MUITO OBRIGADA!**

## RESUMO

O surgimento de fazendas históricas são consequências do povoamento iniciado na fase de mineração do ouro em Minas Gerais, essas fazendas carregam um vasto legado histórico-cultural. Por meio de sua arquitetura e paisagismo é possível fazer a releitura de épocas distantes. A Fazenda Boa Esperança situada no município de Belo Vale, é um exemplo de fazenda que surgiu nesse período. Seu resgate histórico-cultural e paisagístico auxilia na conservação e valorização. Neste contexto, objetivou-se com este trabalho a realização de um levantamento histórico, cultural e paisagístico da fazenda Boa Esperança bem como uma análise da fazenda como uma paisagem cultural de Minas Gerais. A metodologia utilizada foi, por meio de levantamentos documentais através de visita ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e via internet mediante pesquisas bibliográficas no site do IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais), além de materiais disponíveis em sites, jornais e redes sociais ligadas a membros família do principal proprietário da fazenda. Também foram, realizadas visitas ao local de estudo. No final do século XVIII, a família do Barão de Paraopeba, Romualdo Monteiro de Barros mudou-se para a chamada Boa Esperança, foi no casarão sede que seus onze filhos cresceram. A construção da fazenda teve o intuito de facilitar a saída de ouro para exportação devido a sua importante localização, situada no caminho velho, umas das rotas da Estrada Real. Boa Esperança recebeu visitas renomadas como, Dom Pedro II e o escritor Carlos Drummond de Andrade que se rendeu aos encantos do patrimônio e o definiu como um verdadeiro palácio. Nela foram abrigados mais de oitocentos escravos que trabalharam servindo a família do Barão, na mineração do ouro e produção de alimentos que abasteciam a cidade de Ouro preto e região. Como acervo ambiental, no entorno da fazenda se faz presente um pomar de jabuticabeiras (*Myrciaria cauliflora*) e dois jardins, um externo conhecido como o pátio principal, onde se encontram duas árvores centenárias, as sapucaias (*Lecythis pisonis*), e o outro interno sendo o ambiente em que a família Monteiro de Barros utilizava para lazer. Tendo em vista o seu valor histórico, cultural e paisagístico, a Fazenda Boa Esperança passou por dois tombamentos, o primeiro pelo IPHAN em agosto de 1959 e o segundo, pelo IEPHA em novembro de 1974. Devido aos tombamentos a fazenda passou por reformas e restaurações em seus acervos artísticos e arquitetônicos, porém nenhum projeto de revitalização dos jardins e pomar foram realizados, tendo em vista que a fazenda foi analisada como uma paisagem cultural da região pouco se tem feito nesse sentido.

Palavras-chave: Jardins históricos, Fazendas Históricas, Estrada Real, Paisagem Cultural.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Localização de Belo Vale em Minas Gerais.....	17
Figura 2	Fazenda Boa Esperança.....	19
Figura 3	Área de preservação em todo o entorno da fazenda.....	20
Figura 4	Portal utilizado para o escoamento do ouro até Ouro Preto.....	23
Figura 5	Frente do casarão.....	24
Figura 6	Antes (A) e depois (B) da área interna do casarão.....	25
Figura 7	Sapucaias presentes na entrada principal.....	25
Figura 8	Parte do chafariz que se encontrava entre as sapucaias.....	26
Figura 9	Plantio de culturas agrícolas no patio do do casarão.....	27
Figura 10	Escadaria de entrada.....	28
Figura 11	Altar da capela.....	29
Figura 12	Casa de engenho após primeira e segunda reforma.....	31
Figura 13	Vista da fachada lateral direita com os alicerces de uma das senzalas.....	31
Figura 14	Romualdo José Monteiro de Barros.....	32
Figura 15	Lucas Monteiro de Barros, Barão e Visconde de Congonhas.....	33
Figura 16	Banquete da Boa Esperança .....	38
Figura 17	Apresentação de membros da comunidade quilombola .....	39
Figura 18	Painéis demonstrativos ilustrando o cotidiano na fazenda .....	40
Figura 19	Exposição de objetos antigos que eram utilizados na fazenda .....	40
Figura 20	Professores participam do projeto “Encontro com Educadores” .....	41
Figura 21	Alunos fazem abraço coletivo na grande sapucaia presente em frente à casa sede.....	42

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>10</b>
<b>2.1</b>	<b>Paisagem Cultural .....</b>	<b>10</b>
<b>2.2</b>	<b>Paisagem Cultural no Brasil.....</b>	<b>11</b>
<b>2.3</b>	<b>Fazendas Históricas.....</b>	<b>12</b>
<b>2.4</b>	<b>Jardins Históricos .....</b>	<b>13</b>
<b>3</b>	<b>MATERIAIS E MÉTODOS.....</b>	<b>15</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>4.1</b>	<b>Breve história de Belo Vale.....</b>	<b>17</b>
<b>4.2</b>	<b>Localização da Fazenda .....</b>	<b>19</b>
<b>4.3</b>	<b>Origem da Fazenda .....</b>	<b>21</b>
<b>4.4</b>	<b>Características descritivas do casarão e arredores .....</b>	<b>24</b>
<b>4.5</b>	<b>Barão de Paraopeba e Família Monteiro de Barros.....</b>	<b>32</b>
<b>4.6</b>	<b>Histórico de tombamentos e restaurações .....</b>	<b>35</b>
<b>4.7</b>	<b>Fazenda nos dias atuais.....</b>	<b>39</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>44</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>45</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A riqueza histórica, patrimonial e cultural do Brasil, pode ser relatada nas fazendas históricas em diversos períodos, como na fase da colonização ou no período de mineração do ouro. Foram nessas fazendas que muitos acontecimentos marcaram épocas além de contribuir para o surgimento de diversos povoados que com o tempo se desenvolveram e carregam até hoje uma parte significativa de nossa história.

Pode-se dizer que muitas dessas fazendas atualmente, encontram-se abandonadas, assim como a cultura tradicional do meio rural que vem sofrendo intensas modificações e todo o seu acervo histórico. Neste contexto, o resgate histórico-cultural e paisagístico, vem sendo trabalhado com o intuito de revelar e valorizar ainda mais a história desses espaços. Como consequência, o estímulo à valorização e à preservação de bem culturais que foram tão importantes na história brasileira.

Em pesquisas já realizadas com esse mesmo objetivo, foi observado que poucas são as informações sobre as fazendas históricas, principalmente aquelas que compõe a rota da Estrada Real. Essas informações, com importância do ponto de vista cultural, natural e patrimonial, não estão presentes nos guias turísticos e, além disso, nota-se que a história dessas fazendas é muitas vezes desconhecida pela população e pelos pesquisadores do segmento de paisagismo, o que torna esta pesquisa ainda mais relevante.

Estudar as fazendas históricas permite que todo o seu percurso venha a ser exposto ao conhecimento público e as acolhe dentro de um contexto cultural contemporâneo. Além, de estimular o turismo no espaço rural, oportunizando assim a maior preservação dessas construções seculares, fazendo com que as fazendas e a história de nossas raízes sejam resgatadas e passadas para as gerações futuras.

A fazenda Boa Esperança, situada no município de Belo Vale em Minas Gerais, é um dos exemplos de fazendas centenárias que tiveram significativa atribuição no desenvolvimento da história do Brasil, por ter tido um papel importante na fase da mineração do ouro e na produção de alimentos. Detentora de um grande acervo arquitetônico, ambiental e artístico, a Boa Esperança, além de ser uma grande rota turística, pode ser considerada uma paisagem cultural para a região.

Diante disso, o objetivo foi a realização do resgate histórico-cultural e paisagístico da Fazenda Boa Esperança, analisando sua situação como uma paisagem

cultural da região. O estudo conta com análises dos aspectos da evolução histórica, sociocultural e paisagístico da Fazenda, inserida no trecho do Caminho Velho da Estrada Real.

De forma que, com a ligação de todas as informações levantadas, seja possível realizar a reconstrução da história da fazenda, elaborando uma cronologia das transformações ocorridas e correlacionando com a evolução da região, reconhecendo a importância econômica e social desta, a partir de sua construção até os dias de hoje.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Paisagem Cultural**

Paisagem cultural é um termo que se refere à interação entre elementos culturais e naturais de um determinado espaço territorial. Tal qual é possível realizar o registro de áreas em torno do mundo que retratem as obras combinadas do homem e da natureza. E que ilustrem a evolução da sociedade humana no decorrer do tempo, passando a serem protegidas como patrimônio da humanidade (UNESCO,1992).

Criada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), em 1992, objetivando o reconhecimento dos bens culturais. Posteriormente, em 1995, fora regulamentada pelo Conselho da Europa em território europeu, mediante Recomendação R (95) 9 e, em seguida, em 2000 pela Convenção Europeia da Paisagem (SCIFONI, 2016).

O reconhecimento da categoria de paisagem cultural pela UNESCO em 1992, marca uma nova visão de patrimônio, que abrange e diversifica as classificações distintas de bens naturais e de bens culturais. A paisagem cultural possui grande importância pois, está relacionada com a identidade cultural de um povo, e após sua determinação é imprescindível que sua preservação seja contínua. Havendo ampla influência na história de uma sociedade, pois conta a sua evolução (COSTA; GASTAL, 2010).

A inserção dessa categoria influencia no desenvolvimento da consciência ambientalista, a gradual mobilidade e preocupação com a proteção do meio ambiente e pelo desenvolvimento sustentável, gerou uma valorização em âmbito mundial da relação harmônica do homem com a natureza. Além disso, trouxe consigo o aumento de atividades turísticas em locais que receberam tal chancela (COSTA; GASTAL, 2010).

O turismo tem como objetivo, restaurar a qualidade do local impulsionando não somente sua proteção como também sua restauração. A utilização da paisagem de forma multifuncional, já que, muitas das vezes o local vem ganhando outras funções, abrindo espaço para a realização de diversas atividades, sendo estas, culturais, sociais e educacionais. Isso estimula o aumento do vínculo afetivo por parte da população do local auxiliando ainda mais em seu cuidado (COSTA; GASTAL, 2010).

## 2.2 Paisagem cultural no Brasil

No Brasil, o termo Paisagem Cultural foi oficialmente inserido em 2009 pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), como nova categoria de patrimônio cultural pela Portaria n° 127. Sendo definida, como uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores (IPHAN, 2020).

Essa certificação auxilia no estabelecimento de normas para a gestão e uso da paisagem, objetivando sua defesa, manutenção e aumento de sua qualidade. Que segundo IPHAN *et. al.* (2007), podem ser enquadrados na categoria de Paisagem Cultural Brasileira: sítios, parques, rotas e roteiros de valor histórico, pré-histórico, étnico, geológico, paleontológico, científico, artístico, literário, mítico, esotérico, legendário, industrial, simbólico, turístico, econômico, religioso, de migração e de fronteira, bem como áreas contíguas, envoltórias ou associadas a um meio urbano.

Existem algumas paisagens culturais que ganharam destaque no país. A cidade do Rio de Janeiro, uma das mais notórias, foi a primeira área urbana do mundo a receber a Chancela de Paisagem Cultural no ano de 2012 pela UNESCO (RIO DE JANEIRO, 2018).

Sabe-se que, anteriormente, os sítios aprovados na categoria de paisagem cultural, referiam-se a áreas rurais, sistemas agrícolas tradicionais, jardins históricos e outros espaços de caráter simbólico. Assim, foi em 2011, em Santa Catarina, nos municípios de Pomerode e Jaguará do Sul, que as propriedades rurais pertencentes a imigrantes alemães foram caracterizadas como a primeira paisagem cultural brasileira (HEIDTMANN JUNIOR; LOCH, 2014).

Essa região, apresenta vários elementos trazidos pelos imigrantes germânicos, principalmente, o modelo de ocupação territorial, a arquitetura e a produção artesanal de alimentos. Mas, com as mudanças ocorridas por meio de processos como o êxodo rural e a descapitalização dos agricultores familiares, houve uma necessidade de buscar meios que revalorizassem esse espaço e fortalecessem a agricultura familiar, colaborando para a criação de novas formas de geração de renda. Dessa forma, iniciativas de preservação

desse patrimônio como paisagem cultural, são contribuintes na continuidade e proteção desse acervo (HEIDTMANN JUNIOR; LOCH, 2014).

De acordo com Costa e Gastal (2010), assim como os demais bens culturais no Brasil, a Paisagem Cultural Brasileira está sujeita a ações de intervenção e preservação, como identificação, proteção, inventário, registro, documentação, manutenção, conservação, recuperação, revitalização, valorização, divulgação, administração, uso, planejamento, entre outros.

### **2.3 Fazendas Históricas**

Um legado de grande importância histórico-cultural brasileiro são as fazendas históricas, que tiveram papel significativo no início do desenvolvimento do país, principalmente no período brasil-colônia. Com o surgimento das fazendas em decorrência da mineração do ouro, foi verificado que muitos dos povoados existentes tiveram gradativa expansão e crescimento em diversos estados brasileiros. As fazendas são consideradas elementos formadores de uma paisagem rural, servindo como representação espacial do processo de construção do território (PEREIRA, 2017).

Em consequência da busca do ouro, a partir da segunda metade do século XVI, foram construídos caminhos no interior do Brasil, que como efeito, contribuíram na formação de cidades e na expansão da atividade agropecuária que, até então, era restrita apenas à costa brasileira, garantindo assim o abastecimento de alimentos em toda a região (CALAES; FERREIRA, 2009).

No início do século XVIII, existiam dois caminhos oficiais que conduziam às minas de Minas Gerais, entretanto também existiam muitas outras rotas para escoamento do ouro e dos diamantes. Com o objetivo de evitar desvios e sonegação, foi determinado pela corte que todo o escoamento do ouro e os diamantes extraídos nas Minas Gerais fossem realizados apenas por caminhos oficiais, a Estrada Real (CALAES; FERREIRA, 2009).

Esses dois caminhos eram conhecidos como, Caminho Velho, caracterizado por possuir uma rota maior e mais antiga e, o Caminho Novo, representando uma rota mais rápida e segura. Sendo assim, devido à sua grande importância, ao longo da Estrada Real surgiram diversas vilas, cidades e povoados. O cenário das chamadas cidades históricas,

é formado por cidades que tiveram seu apogeu nesse período (MARTINS; IGLÉSIAS; MAZZONI, 1992).

#### **2.4 Jardins Históricos**

Com o surgimento dos povoados e cidades ao redor da Estrada Real, surgiram também os espaços ajardinados, como passeios públicos e alamedas destinadas ao uso coletivo, palcos de diversas transformações. O jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal que tem valores artísticos e históricos para seus frequentadores e não apenas por suas peculiaridades ou dimensões. Deve ser considerado jardim histórico aquele que dispõe de um significado cultural, capaz de fortalecer a identidade e a memória de toda uma sociedade (ANDRADE, 2008).

Segundo Angelis e Angelis Neto (2004) os jardins possuem diversas finalidades. Podem desenvolver o respeito pelo ambiente em diferentes manifestações como patrimônio da coletividade. Também auxiliam na conservação de pontos de interesse ambiental, histórico e cultural. O estudo dos diversos pontos faz uma relação entre o passado, presente e futuro de uma sociedade. Representando o resgate da cultura no espaço temporal.

Entretanto, não são apenas praças e jardins públicos, encontrados nas cidades, que são considerados jardins históricos, deve-se dar importância àqueles encontrados na forma de jardim-pomar e jardim-horta presentes nas antigas fazendas do Brasil. A preservação e o levantamento de estudos mais aprofundados são fundamentais para a constituição e o resgate da história da cultura brasileira, visto que, muitos fatos e decisões importantes foram tomados nas notáveis propriedades rurais (DELFIN, 2005).

Uma das fazendas que atribuiu um papel significativo na época, tida como um dos patrimônios mineiros mais antigos do Brasil é a Fazenda Boa Esperança, localizada a 6 Km do município de Belo Vale, região central de Minas Gerais. A fazenda Boa Esperança carrega consigo uma vasta história, abrangendo o período da escravidão até os dias atuais.

De acordo com documento do IEPHA (2017), Boa Esperança também acolheu personalidades ilustres como Dom Pedro II, quando realizou viagens à província de Minas Gerais e o grande poeta Carlos Drummond de Andrade, que a comparou a um

verdadeiro palácio, e foi peça fundamental para o seu tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A fazenda Boa Esperança é considerada uma das mais antigas fazendas do Brasil Império, onde a edificação fora construída com influências arquitetônicas do Norte de Portugal. Em suas dependências, conta com uma pequena capela localizada à esquerda da varanda de entrada da sede onde são encontradas obras-primas atribuídos pelo artista Manoel da Costa Ataíde, mais conhecido por Mestre Ataíde. Também chamam atenção as ruínas da antiga senzala, próximas ao casarão (FARIA, 2012).

A Fazenda Boa Esperança e todo o seu legado, expressa a história de um povo, no qual se destaca principalmente o período da escravatura. Dessa forma, por meio de seu acervo, é possível compreender o desenvolvimento e evolução do município de Belo Vale e arredores, bem como, partilhar com a população esse grande elemento que fora muito importante desde sua criação (BARROS, 2018).

### 3. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo compreendeu-se no período entre 1760 e 1780, data aproximada da construção da Fazenda Boa Esperança, até o ano de 2020. Refere-se a uma análise evolutiva histórico-cultural e paisagística da fazenda, tal qual sua caracterização como paisagem cultural, de acordo com todas as transformações físicas ocorridas, principalmente no espaço ocupado pela casa sede e seus arredores.

O desenvolvimento inicial da pesquisa, decorreu-se de um levantamento introdutório da história da fazenda, aprofundando-se em sua evolução e todos os aspectos que comprovaram sua importância para o desenvolvimento de cidades ao seu redor.

Analisou-se também, a vida do principal proprietário, Romualdo José Monteiro de Barros, mais conhecido como Barão de Paraopeba através de entrevista com um membro de sua família. Isto auxiliou na identificação das causas de sua mudança para Belo Vale e também do tempo de sua permanência na fazenda Boa Esperança.

Num segundo momento, efetuaram-se levantamentos documentais e pesquisas bibliográficas, por meio de arquivos presentes no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais. E pesquisas em documentos, textos e acervo fotográfico, disponíveis no site do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA). Muitas das informações foram adquiridas por meio de sites de notícias, vídeos e entrevistas.

A disponibilidade de fotografias antigas pertencentes ao acervo da família Monteiro de Barros e encontradas em visita ao IPHAN, possibilitaram a identificação de mudanças ocorridas não só na área construída da fazenda, mas também em todo o seu entorno.

As pesquisas bibliográficas permitiram o conhecimento de datas importantes como os dois tombamentos que a casa sede e todo o patrimônio ambiental e paisagístico tiveram, bem como as datas de restaurações e todo o investimento realizado.

Com base em literaturas encontradas foram obtidas melhores informações sobre a cidade de Belo Vale, além do conhecimento do surgimento duas comunidades quilombolas que existem nas proximidades da fazenda, conseqüentes do fim da escravidão. Muitos dos escravos que, deram origem aos quilombos, viveram na Boa Esperança, trabalhando na extração do ouro, produção de alimentos e no próprio casarão onde a família do Barão viveu por muito anos.

A união de todas as informações foi realizada para reconstruir a história da Fazenda Boa Esperança, fazendo a cronologia das transformações ocorridas na sua paisagem. Realizando a verificação do estado de conservação atual de toda a propriedade.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

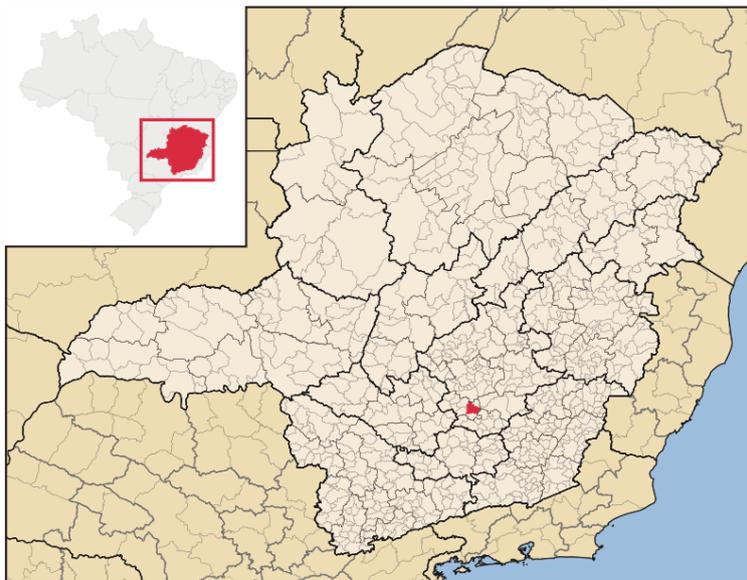
### 4.1 Breve história de Belo Vale

De acordo com a tradição, contam-se que a região onde se encontra o atual município de Belo Vale, fora desbravada em 1757, por Paiva Lopes e Gonçalo Alvares, bandeirantes paulistas que participaram da expedição de Fernão Dias Pais (FERREIRA, 1958).

Inicialmente os dois bandeirantes se dedicaram exclusivamente a exploração do ouro, estabelecendo-se no Morro de Santana, atual distrito de Santana do Paraopeba. Porém, o local oferecia pequenas perspectivas para a agricultura, em virtude da baixa fertilidade de seu solo. Tais condições levaram os fazendeiros locais a procurarem outra região, na qual, pudessem ser desenvolvidas atividades de pastagens e cultivo de alimentos (FERREIRA, 1958).

Assim, fundaram um novo povoado às margens do rio São Gonçalo que se tornou a atual Belo Vale. Onde foram fixadas algumas famílias que detinham grande poder aquisitivo, entre as quais estavam os Sobreiro, os Sandé, a do Barão de Paraopeba e a de José de Paula Peixoto. Essas famílias, posteriormente, colaboraram para o crescimento e desenvolvimento da região (FERREIRA, 1958).

Figura 1 Localização de Belo Vale em Minas Gerais.



Fonte: Google imagens (2020).

Num primeiro momento da história de Belo Vale, sua população passou por dois problemas. Um era com relação a organização religiosa da comunidade e o outro o contato com o exterior. Foram levantadas duas igrejas, a de São Gonçalo do Paraopeba, e a de São Gonçalo da Ponte. A comunicação com o exterior foi solucionada por meio da construção de uma estrada ligando o arraial a cidade de Barbacena (FERREIRA, 1958).

Com o término da época de mineração, a agricultura passou a ser a principal atividade econômica. O comércio se fez por tropas de burros até 1916, quando foi inaugurada a estrada de ferro (MOURA, 2012).

De acordo com Moura (2012), somente em 1914 quando o professor Mario França Pinto, encantado com a região exclamou: “ Que belo vale”! É que foi proposta ao Congresso Mineiro a mudança do nome do Distrito. Assim a partir de 19 de setembro de 1914 São Gonçalo da Ponte passou a se chamar “ Bello Valle”.

Com a inauguração da Estação Ferroviária de Belo Vale, juntamente com o trecho de linha que ligava a estação de João Ribeiro a Belo Horizonte - MG, em junho de 1917, o município de “Bello Valle” teve grande crescimento e desenvolvimento, como consequência disso houve o surgimento de pequenas fábricas, um jornal e um comércio variado, que tiveram destaque na região (FERREIRA, 1958).

A emancipação do Distrito só foi realizada em novembro de 1938 quando o então Governador Benedito Valladares Ribeiro, assinou o decreto 148 que também passava Santana do Paraopeba e Moeda à condição de Distritos de Belo Vale (MOURA, 2012).

Após a emancipação, ocorreu um gradativo crescimento e desenvolvimento da região, e alguns fatores contribuíram para que isso fosse concretizado, a presença de famílias com grande poder aquisitivo foi um deles. E foram nas grandes fazendas, pertencentes as famílias que assuntos decisivos para a expansão de Belo Vale e região, foram discutidos.

A fazenda Boa Esperança construída pelo Barão de Paraopeba, detentor de grandes riquezas e vastas extensões de terras, tornou-se um dos principais destaques turísticos do município, auxiliando no seu crescimento e desenvolvimento, tanto na mineração e escoamento do ouro, quanto na produção de alimentos. Diante de tanta grandiosidade, sua construção é destaque em meio a natureza que a cerca (Figura 2).

Figura 2 Pintura da Fazenda Boa Esperança. Obra em óleo sobre tela de Zélia Bento (2005)



Fonte: Acervo da família Monteiro de Barros (2018)

#### 4.2 Localização da Fazenda

Com aproximadamente 260 anos de construção, a fazenda Boa Esperança é um dos patrimônios mineiros mais antigos do Brasil, uma das primeiras fazendas coloniais construídas em Minas Gerais (BARROS, 2018).

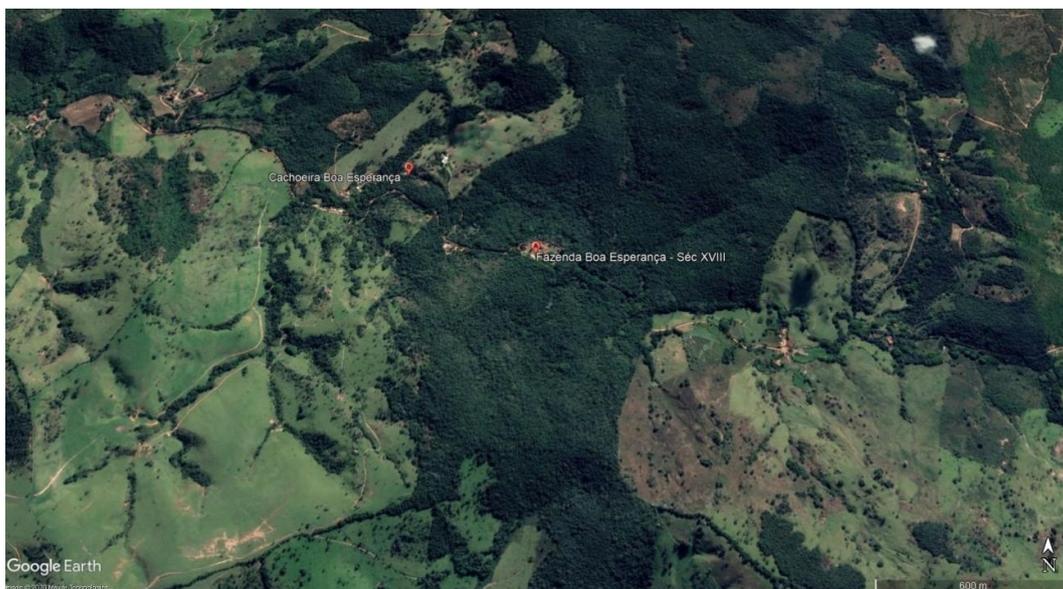
Situada na rota da Estrada Real, mais precisamente no Caminho Velho, teve papel importante na mineração do ouro, além do fornecimento de alimentos para abastecer a região de Ouro Preto. Ocupa uma área de cerca de 318 hectares que incluem a sede, seus anexos, o patrimônio natural e paisagístico, integrando um interessante conjunto arquitetônico (BARROS, 2018).

A Fazenda possui sua cobertura vegetal formada basicamente, por Campos Rupestres, Mata Atlântica e Cerrado. Constituindo um ecossistema que abriga grande variedade de espécies vegetais endêmicas e preciosos animais ameaçados de extinção (IPHAN, 2018).

Localizada de frente para a Serra da Moeda a aproximadamente 6 Km do município de Belo Vale em Minas Gerais. A sede conseguiu sobreviver até os dias atuais, resistindo às intempéries do tempo.

A grande diversidade de espécies que compõe todo o seu entorno, traz uma linda paisagem para os visitantes e turistas da fazenda Boa Esperança. A presença de uma mata fechada faz com que a Serra da Moeda seja uma grande área de preservação (Figura 3).

Figura 3 Área de preservação em todo o entorno da fazenda.



Fonte: Google Earth

A fazenda Boa Esperança teve um papel importante no auge do período áureo. Anos mais tarde, legadas pelo esgotamento do ouro nas terras da fazenda, o Barão de Paraopeba seu principal proprietário, passou a cultivar a terra e a sua produção além de atender o consumo próprio também abastecia a capital da província, Ouro Preto e região.

O bom desempenho do latifúndio proporcionou ao Barão poderes econômicos e títulos como: membro da Junta Governativa da independência do Brasil em 1822 e duas vezes Presidente da Província de Minas Gerais. Estima-se que mais de 800 escravos tenham vivido neste local, os escravos da Boa Esperança trabalhavam na extração de ouro da Serra do Mascate (CAMPOS, 2012).

Foi o lar da família do Paraopeba por muitos anos, servindo como uma espécie de forte, com o intuito de proteger o Barão devido ao seu grande reconhecimento e poder na época. O barão contava com vastas propriedades, além de ser uma influência política (IPHAN, 2018).

A Fazenda do século XVIII também foi cenário do filme Vinho de Rosas, da cineasta mineira Elza Cataldo. O longa-metragem se passa no período da Inconfidência

Mineira, e conta a história de uma jovem que cresceu em um convento e que, aos dezoito anos descobre ser filha de Tiradentes, além disso, a jovem também descobre que sua mãe ainda está viva. E a partir disso, decide mudar seu destino. O filme revela fatos diversos ocorridos na época e muitas de suas cenas foram gravadas na casa sede e nos jardins de Boa Esperança (LUTTERBACH, 2005).

A história da Boa Esperança também foi contada em livro do jornalista Tarcísio Martins, nascido em Belo Vale. A obra de Martins conta que “a área original, situada na antiga região do Rio Paraopeba, era formada por 25 mil alqueires e compreendia dezenas de fazendas com prósperas minas. Anos mais tarde, com o esgotamento do ouro, as fazendas dos Monteiro de Barros passaram a trabalhar o campo para cultivo da terra. O que se produzia na Boa Esperança, além de atender ao consumo interno, abastecia a capital da Província de Minas, Ouro Preto. Os bons resultados do latifúndio proporcionaram ao lendário Barão de Paraopeba poder econômico e títulos” (MARTINS, 2007).

Outra figura ilustre diretamente envolvida com a fazenda Boa Esperança, foi o poeta Carlos Drummond de Andrade, quando chefe do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), durante o processo de tombamento do conjunto, sendo um dos nomes a opinar sobre o mesmo (MOURA, 2012).

Teve um alcance precursor na indústria metalúrgica do país, com o desenvolvimento de atividades pioneiras na tecnologia industrial siderúrgica. “Na casa sede da Boa Esperança, foram tomadas decisões políticas significativas, além de ser residência de um presidente da província de Minas (1850), o Barão de Paraopeba”, escreveu Martins (2007).

A Fazenda Boa Esperança se difere muito das demais fazendas construídas na mesma época, devido ao valor histórico que possui em função da mineração e do prestígio do Barão de Paraopeba, seu idealizador (FARIA, 2012).

### **4.3 Origem da Fazenda**

No fim do século XVIII, o Barão de Paraopeba, Romualdo José Monteiro de Barros, adquiriu as terras por aproximadamente quatrocentos mil réis, com o objetivo de realizar a mineração que além de ouro também produzia ferro fundido, utilizado na fabricação de pequenos utensílios. A Fazenda fazia parte das sete sesmarias adquiridas

pela família do Barão como doação do governo de Portugal. Sabe-se que a construção da casa se deu entre os anos de 1760 e 1780 (CARVALHO,2012).

De acordo com IEPHA (2017), na época a área da fazenda era medida sobre um total de aproximadamente 15000 alqueires. E atualmente, ocupa uma área de 318 hectares. Construída por mão de obra escrava, Boa Esperança foi por muitos anos, a residência da família Monteiro de Barros. Neste local o Barão criou seus filhos e após sua morte a fazenda e herdada por aos seus descendentes (BARROS, 2018).

Conforme tradição oral sobre a obra de Boa Esperança, o Barão de Paraopeba, dono de terras que se estendiam de Itabirito a Congonhas, utilizou, além de mão de obra escrava, teve também os chamados forçados, aqueles designados para a construção de calçadas (IPHAN, 2018).

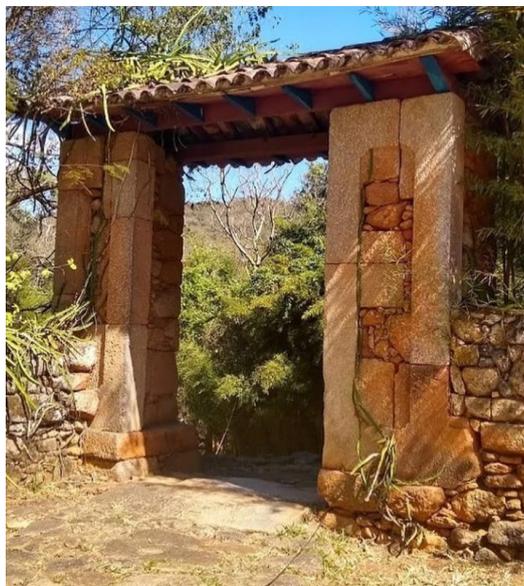
Segundo Carvalho (2012), a sede foi construída em estrutura autônoma de madeira sobre fundações de pedra, com vedações em pau-a-pique e forros em esteiras de taquara. Sua varanda abriga uma capela, cujo padroeiro é o Senhor dos Passos, com retábulo que preserva trabalhos ornamentais apurados em talha e pinturas com características do estilo rococó.

O teto e as paredes da capela são revestidos por painéis atribuídos a João Nepomuceno, um discípulo do mestre Ataíde, e que representam cenas bíblicas, como a Anunciação de Nossa Senhora, a Adoração dos Pastores, o Sacrifício de Isaac e a Santa Ceia (CARVALHO, 2012).

Possuía originalmente, além do pomar e jardins, moinho, fonte e água encanada, que chegava à residência através de "alcatruzes" (manilhas) de pedra-sabão, os quais se perderam com o tempo (BARROS, 2018).

Logo na entrada da casa sede, encontra-se um portal de entrada antigo (Figura 4), por onde se tinha o acesso até a Estrada Real ligada a cidade de Ouro Preto, esse portal era utilizado no transporte de ouro, ferro fundido e de alimentos produzidos na Fazenda (CAMPOS,2012).

Figura 4 Portal utilizado para o escoamento do ouro até Ouro Preto.



Fonte: Fazendas Antigas (2020).

De acordo com Carvalho (2012), a arquitetura de grande parte das fazendas mineiras construídas nesse período sofreu influência do estilo português. A arquitetura do casarão dispõe em partes de sua baixa fundação, construída com pedra de arenito entalhado, caracterizando uma espécie de porão o que possibilitou com que a casa ficasse em um patamar suspenso. Tais fundações eram realizadas visando a maior segurança, devido à presença de animais selvagens na mata ao redor da propriedade.

O porão era utilizado como senzala apenas para escravos domésticos, as senzalas onde mais de oitocentos escravos ficavam, estão localizadas no entorno da fazenda e atualmente acham-se em ruínas (CARVALHO, 2012).

Dentre muitos fatores, é importante salientar que o principal deles referentes a construção dessa grande fortaleza, Boa esperança fora construída com o intuito estratégico, possibilitando a criação de um sistema de proteção e comunicação, isto abriu novas perspectivas a historiografia mineira (IPHAN, 2018).

A principal característica de sua construção, foi sua localização estratégica. Situada numa passagem para o alto São Francisco e no caminho entre todo o oeste de Minas e Ouro Preto, a fazenda faz parte de uma linha econômica, sendo caracterizada como o centro (IPHAN, 2018).

#### 4.4 Características descritivas do casarão e arredores

De acordo com Carvalho (2012), o levantamento descritivo de espécies vegetativas presentes na fazenda apontou a presença de um canteiro em patamar médio (Figura 5). Localizado ao lado direito da escadaria principal. Com relação a identificação das espécies, não se sabe quais ali já existiram.

Figura 5 Frente do casarão.



Fonte: IPHAN (1951).

Além da frente do casarão, um outro ambiente em que a família Monteiro de Barros utilizava para momentos de lazer, era uma área interna, um pátio que dava acesso à área de serviço e ao pomar o mesmo, era cercado por um muro que permitia maior privacidade. Em uma época em que se desconhece a data exata, sabe-se que foram plantadas várias espécies arbóreas de bico de papagaio (*Euphorbia pulcherrima*) no local como pode ser verificada na figura 6A. Atualmente encontra-se um gramado e a presença de uma palmeira real, figura 6B (*Archontophoenix cunninghamiana*) (CARVALHO,2012).

Figura 6 Antes (A) e depois (B) da área interna do casarão.



Fonte: IPHAN (sem data)



Fonte: Fazendas Antigas (2019)

Com relação ao acervo ambiental, acredita-se que existiam desde sua construção, quatro árvores centenárias, as famosas Sapucaias (*Lecyttis pisonis*). Na atualidade, consta-se apenas duas delas, localizadas em frente à entrada principal do casarão. Nativas da Mata Atlântica brasileira, uma de suas principais características é a presença de folhas de coloração rosa, quando jovens (Figura 7). Possuidoras de um aroma agradável, elas enaltecem ainda mais a fachada principal da fazenda, atraindo muitos turistas (IPHAN, 2018).

Figura 7 Sapucaias presentes na entrada principal.



Fonte: Evaldo Itor (2018)

As emblemáticas sapucaias, servem para compor esse espaço de lazer, permanência e fruição das pessoas que viviam na fazenda e também dos visitantes. E,

para a contemplação da bela vista presente em frente a varanda de acesso ao casarão. Ao centro das duas sapucaias existia um chafariz (Figura 8) esculpido em pedra sabão, que embelezava ainda mais o local. Que fora vendido a um armador gaúcho na década de 1930 (ARROYO, 2020)

Figura 8 Parte do chafariz que se encontrava entre as sapucaias.



Fonte: IPHAN (1951).

As sapucaias centenárias podem ser consideradas como um dos principais cenários para a realização de fotografias no local e, estão registradas em diversos álbuns fotográficos. Caracterizada como uma paisagem cultural, a Fazenda Boa Esperança vem ganhando outros usos, nela são realizados eventos culturais, sociais e educacionais.

Eventos como seminários e outros projetos educacionais, têm acontecido na Boa Esperança, além da realização de excursões de escolas municipais trazendo, principalmente, estudantes do ensino fundamental, com o intuito de apresentar-lhes parte da história do Brasil de forma prática e descontraída, produzindo grande aprendizado.

Portanto, a utilização do espaço para outras finalidades, tem atraído turistas não só da região, mas de todo o país. Além de sua imponente história e significativa importância na história da brasil colônia, a fazenda Boa Esperança, tornou-se cenário para fotografias artísticas. Essa atividade tem como consequência na criação de novas memórias que serão passadas para as futuras gerações.

Ademais, próximo a casa sede existe um pomar onde haviam diversas espécies de árvores frutíferas, que infelizmente com passar do tempo, foram retiradas, ficando

apenas as jabuticabeiras (*Myrciaria cauliflora*), que estão presentes na atualidade (IPHAN, 2018).

Em época de frutificação é permitida aos visitantes a degustação dos frutos, isso torna-se relevante pois, aumenta o número de visitas na fazenda.

Sabe-se que o pátio de entrada da fazenda que anteriormente, no período áureo, era utilizada pelos escravos, constituída por um terreiro de terra batida, após a abolição da escravatura passou por renovação, a terra batida deu lugar a um gramado (CARVALHO, 2012).

Entretanto, em uma época na qual não foi identificada, nesta mesma área, fez-se o plantio de culturas agrícolas, que podem ser verificadas na figura 9. Já que além da produção de utensílios, extração de ouro e madeira comercial, a fazenda também abastecia com alimentos a região de Ouro Preto (IPHAN, 2018).

Figura 9 Plantio de culturas agrícolas no pátio principal do casarão.



Fonte: IPHAN (sem data)

A fazenda Boa Esperança tornou-se destaque no turismo, pois além de carregar grande riqueza histórica, ela é cercada pela natureza, fazendo com que seus visitantes se encantem não só por sua beleza artística e grandiosidade arquitetônica, mas principalmente por encontrarem ali maior refúgio e ligação com a natureza.

Com relação ao acervo arquitetônico, a sede da fazenda foi incorporada em um único plano elevado com sua base feita toda em pedras num sistema de construção tradicional, estruturada em madeira, cerca de pau-a-pique e base de pedra (IEPHA, 2014).

Valorizada pela longa varanda entalhada a fachada frontal é composta pela elevação da capela com seu telhado independente e pelo cômodo reservado a hóspedes a direita do casarão. A varanda é emoldurada em nove colunas com arcos abertos. As janelas exibem folhas almofadas na parte externa e esquadrio de vidro (IEPHA, 2014).

Essa característica de fachada com varanda a presença de cômodos laterais remete ao estilo ibérico de edificações rurais que foi transferido para Minas Gerais desde o início de sua ocupação, e aos poucos foi se espalhando por todo o país, tornando-se o padrão tradicional das fachadas de construções rurais desde então. Em 1974, ocorreu a reconstrução do forro da varanda, porém foram modificados os materiais da construção original, tomando toda a cautela em manter o mesmo desenho. O acesso a varanda é feito por meio de uma escadaria, construída em pedras (Figura 10) (IEPHA,2014).

Figura 10 Escadaria de entrada.



Fonte: IEPHA (2017).

De acordo com Faria (2012), ao lado direito anexo a casa, existe uma capela que se abre para a varanda. Possuidora de um belo altar com trabalhos de talha, rico retábulo com nicho central e enquadrado por pilastras esculpidas. Sobre seu altar destaca-se o sacrário. Toda a composição, rica em talha e douramento, tem sua ornamentação complementada por quadros, correspondentes ao final do rococó mineiro<sup>1</sup>, atribuídas à

---

<sup>1</sup> Estilo artístico que surgiu na França como desdobramento do Barroco, caracterizado por ser um estilo mais leve e intimista, usado inicialmente para decoração de interiores.

Manoel da Costa Ataíde. A capela foi pintada por João Nepomuceno, um grande artista do século XVIII, que teve grande influência do mestre Ataíde.

A capela também passou por obras de restauração empreendidas pelo IEPHA/MG, em 1979, após a fazenda ter sido adquirida pelo governo estadual.

A construção da capela de forma contígua à varanda da casa, descreve sobre o modo de vida e tradição da época. Onde ligada a própria estrutura da casa está o templo, o local de oração e contemplação. Diferentemente de outras edificações em que a capela, acha-se na parte externa da casa (ARROYO, 2020).

Com apenas 24 m<sup>2</sup>, a capela é o mais valioso acervo artístico e cultural da propriedade. No altar (Figura 11) estão presentes talhas de ouro e contornos característicos do estilo barroco mineiro do século XVIII e 16 pinturas do mestre Ataíde, que infelizmente encontram-se em precário estado de conservação. Isso comprova e demonstra o grande poder aquisitivo do Barão naquela época (IPHAN,2018).

Figura 11 Altar da capela.



Fonte: IEPHA (2017).

Nos dias em que as atividades religiosas ocorriam na capela, havia uma área destinada aos escravos, para que estes assistissem as celebrações. Especialistas acreditam que, as pinturas no forro e nas telas que retratam cenas do evangelho desenhadas por Ataíde, era uma crítica à sociedade de, que considerava os escravos, seres inferiores, e não os permitia a entrada deles nas igrejas. Ataíde consagrado como um dos maiores

pintores do barroco, era filho de escrava. E na Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto, ele pintou Nossa Senhora e os anjos negros como ele (PERDIGÃO, 2006).

As dependências do casarão eram compostas por 25 cômodos no total, o primeiro cômodo logo na entrada, é uma sala, cujo teto se diferencia dos demais, sendo constituído de um forro de gamela. Esse tipo de forro era muito utilizado em construções da época, principalmente nas áreas mais nobres da casa. Já nas demais áreas utilizava-se forro de madeira ou de esteira, na área de serviço o teto é composto por treliça ou esteira. Na restauração realizada pelo IEPHA, manteve-se os aspectos originais presentes no teto da sala de entrada (CARVALHO, 2012).

Próximo a capela existe um cômodo que na época se fazia como um quarto de apoio, no qual padres e/ou professores se hospedavam. Já a direita, ficava o quarto do senhor barão. Um cômodo menor era utilizado como escritório e o outros de quartos aos filhos do barão (PERDIGÃO, 2006).

Era comum em construções de época, que os quartos fossem construídos de maneira interligada. Dessa forma, de uma sala existe uma porta de acesso ao quarto do barão e dele, uma porta interligando aos três quartos de seus filhos. As portas e janelas eram constituídas por madeiras de aroeira e cedro (CARVALHO, 2012).

Os móveis presentes na fazenda foram perdidos, restando pouquíssimos originais na casa. Em sua maioria foram vendidos ou furtados, com poucas exceções. (IPHAN, 2018). Foram realizados levantamentos de todo o mobiliário presente na casa sede, e ainda permanecem na mesma uma mesa de madeira com aproximadamente quatro metros de largura e um banco encontrado na varanda de entrada do casarão. Ambos precisam passar pelo processo de restauração.

Segundo descrições feitas pelo IEPHA (2014), o piso da casa sede permanece inalterado desde sua construção, até os dias atuais. Construído em madeira, na época não se utilizava pregos para colocá-los e sim uma ferramenta denominada cravo. Analisando as condições nas quais o piso fora encontrado em alguns ambientes da casa acha-se que o mesmo deve passar por restaurações.

O casarão sofreu algumas reformas, mas em 1973 uma de suas paredes laterais ameaçou ruir, devido ao vasto tempo de sua construção. Com relação as paredes presentes na casa, constatou-se que a mais firme e segura é a fachada, que fora construída em pau a pique e amarrada com couro de boi ao em vez de cipó. Oferecendo assim uma maior resistência (IPHAN, 2018).

Na área externa, contornando o casarão existe uma casa de engenho, local que antigamente abrigava um engenho movimentado por água e o restante de seu espaço servia como paiol, onde eram armazenados os alimentos produzidos na propriedade. Segundo Faria (2012), a casa de engenho passou por duas reformas (Figura 12) em seu telhado. A primeira, em 1970, e a segunda, em 2012, ambas realizadas por meio do IEPHA. Porém, a reforma não foi realizada de forma a manter uma referência com relação ao telhado original, trazendo assim, uma descaracterização ao mesmo. O principal objetivo das reformas foi a proteção das paredes, que estavam perdendo sua estrutura devido ao desgaste natural pela exposição a intempéries.

Figura 12 Casa de engenho após primeira (A) e segunda reforma (B).



Fonte: IEPHA (2010).



Fonte: IEPHA (2017).

De acordo com IPHAN (2018), existiam duas senzalas que foram construídas em volta dos currais, contornando em formato de “U”. Porém, nos dias atuais, encontra-se em ruínas (Figura 13), sendo destruídas antes mesmo da fazenda ser adquirida pelo Governo.

Figura 13 Vista da fachada lateral direita com os alicerces de uma das senzalas.



Fonte: IEPHA (1980)

Cercando toda a área da casa sede, faz-se presente um muro construído em pedras, parte do mesmo foi restaurado e antes da restauração tomou-se o cuidado de se fazer um levantamento afim de estudar o posicionamento de cada pedra. A recuperação visa manter a referência original do muro que fora construído pelos próprios escravos tempos depois da construção do casarão. O IEPHA ainda objetiva recuperar o pomar, por meio da realização de tratos culturais, facilitando o acesso dos visitantes naquela área e também a recuperação de um moinho que não está em funcionamento, situado atrás da casa sede (CARVALHO, 2012).

Com relação ao sistema de encanamento da casa, foi encontrado um pedaço de pedra sabão, queimado, onde passava um tipo de serpentina, levando a conclusão de que família, mesmo naquela época desfrutava de banhos em água quente (IPHAN, 2018).

#### **4.5 Barão de Paraopeba e Família Monteiro de Barros**

Romualdo José Monteiro de Barros, o Barão de Paraopeba nasceu em 1773, na cidade de Congonhas do Campo, Minas Gerais. Foi um importante político brasileiro, fazendeiro, dedicou-se à indústria e mineração de ouro. Possuía diversas fazendas dentre elas a de Santo Antônio, Figueiredo, Três Forquilhas, Gentio, Grota Falcão, dos França, Cafundó e a Fazenda Boa Esperança. O barão (Figura 14) chegou a ser o presidente da Província de Minas Gerais (FERNANDES, 2010).

Figura 14 Romualdo José Monteiro de Barros.



Fonte: Acervo da família Monteiro de Barros (sem data).

Filho do Guarda-Mor Manuel José Monteiro de Barros, natural de Portugal e de Margarida Eufrásia da Cunha e Mattos, natural de Vila Rica. Romualdo teve quatro irmãos: Manoel José Monteiro de Barros, Matheus Herculano Monteiro de Barros, Marcos Monteiro de Barros, que veio a ser ordenado padre e Lucas Monteiro de Barros (Figura 15). Este último veio a se tornar Barão e Visconde de Congonhas (MOURA, 2012).

Figura 15 Lucas Monteiro de Barros, Barão e Visconde de Congonhas.



Fonte: Acervo da família Monteiro de Barros (sem data).

Membro do segundo governo provisório de Minas Gerais, Romualdo José Monteiro de Barros foi eleito a 23 de maio de 1823; fez parte do Conselho do Governo, de 1825 a 1829 e de 1830 a 1833; vice-presidente da Província, com exercício a 10 de junho de 1850. Coronel de Milícias, Cavaleiro da Imperial Ordem de Cristo e finalmente agraciado por Decreto Imperial de 2 de dezembro de 1854, com o título de Barão de Paraopeba (FERNANDES, 2010).

Foi presidente da Província de Minas Gerais, de 10 de junho a 17 de julho de 1850. Casou-se em 2 de novembro de 1795, com Francisca Constância Leocádia da Fonseca, filha de José Veríssimo da Fonseca, natural de Portugal, do Reino de Algarves e de Anna Felizarda Joaquina de Oliveira, natural de Vila Rica. Francisca Constância Leocádia da Fonseca, esposa de Romualdo, nasceu a 3 de setembro de 1773 (BARROS, 2018).

Romualdo teve no total de onze filhos com Francisca Constância: Francisco de Paula Monteiro de Barros, Miguel Eugenio Monteiro de Barros, João Batista Monteiro de Barros, Antonio José da Fonseca Monteiro de Barros, Padre José Maria Monteiro de

Barros, Manuel José Monteiro de Barros, Joaquim José Monteiro de Barros, Maria José Monteiro de Barros, Ana Felizarda Joaquina de Oliveira, Francisca Monteiro de Barros e Margarida Euphrasia Monteiro de Barros (BARROS, 2018).

O Barão de Paraopeba dedicou-se à mineração e a indústria; fundou a primeira fundição de ferro estabelecida na província de Minas Gerais, nos domínios da fazenda Boa Esperança, em Belo Vale, Minas Gerais. A fazenda era o centro do poder político da província de Minas Gerais, cuja capital era Ouro Preto, naquela época. Nela se discutia os destinos da província de Minas (BARROS, 2018).

Diante de tantos fatos e conquistas do Barão de Paraopeba, dentre eles se encontra o financiamento que o mesmo e outros dois de seus irmãos fizeram para que ocorresse a instalação de uma usina siderúrgica, situada próxima a Vila Rica, atualmente Ouro Preto (FERNANDES, 2010).

Além disso, pode-se destacar outras de suas conquistas como a do ano de 1822, na qual o Barão participou da Junta Governativa da Província de Minas Gerais, ainda no mesmo ano compôs a Junta Provisória do Governo da Província de Minas Gerais. Já em 1823 foi eleito membro do 2º Governo Provisório da província de Minas Gerais. E em 1825 tornou-se membro do Governo Provisório da província de Minas Gerais. Posteriormente, em 1850 foi o 4º vice-presidente da província de Minas Gerais, nesta mesma data tomou posse como presidente da província por morte do atual presidente e em 11 de janeiro de 1850, também foi empossado como vice-presidente (BARROS, 2018).

Além de toda influência política e econômica o Barão foi possuidor de vários títulos e patentes. Viveu grande parte de sua vida na fazenda Boa Esperança. Que foi adquirida por meio das Sesmarias doadas ao pai do Barão pelo governo de Portugal. Romualdo faleceu em 1855. A propriedade foi adquirida por ele em 1790 e vendida por seus herdeiros no ano de 1876. A família Monteiro de Barros viveu na fazenda por volta de 86 anos (BARROS, 2018).

A fazenda teve vários donos depois do seu antigo proprietário Romualdo José Monteiro de Barros. Por sucessão passou a seus herdeiros. Pertenceu no ano de 1940, ao Dr. Sesostenes da Paixão e por último aos senhores Antonio Pinto Ribeiro Junior e Geraldo Magela Pinto que a venderam ao Estado de Minas e, por este, foi doada ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG, que resolveu tombar a sua sede, todos os seus anexos e terras, onde há pequenas matas, cursos d'água e cachoeiras (IPHAN, 2017).

#### **4.6 Histórico de tombamentos e restaurações**

Uma das principais fazendas centenárias de Minas Gerais que conta com dois tombamentos distintos. O primeiro deles, por um órgão federal, no qual abrange apenas a casa sede, e voltado, sobretudo, para o valor artístico dos elementos presentes em sua capela. O segundo, realizado pelo estado de Minas Gerais, este estende para o valor da paisagem e da natureza.

Os valores artísticos, arquitetônicos e históricos da Fazenda Boa Esperança foram reconhecidos pelo SPHAN, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 27 de agosto de 1959, de acordo com proposta de Sylvio de Vasconcellos, do arquiteto Lucio Costa, do historiador Salomão Vasconcelos e Carlos Drummond de Andrade, que na época era funcionário do IPHAN (FARIA, 2012). E posteriormente, realizaram o tombamento do casarão, junto com a casa de engenho, e com o que restou da senzala (IPHAN, 2018).

Com o passar dos anos, constatou-se que, apesar do tombamento em nível Federal, pouco estava sendo feito para se preservar de fato a integridade do bem. Dessa forma iniciou-se um levantamento afim de levar a Fazenda a um tombamento a nível Estadual, objetivando a ampliação da área de proteção para todo o terreno (FARIA, 2012).

Porém, o efetivo tombamento de toda a área só se daria quando a fazenda fosse de aquisição do estado. Assim em 25 de novembro de 1974 a Fazenda Boa Esperança foi adquirida pelo Governo do Estado de Minas Gerais e incorporada ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA). Seu tombamento incluiu, além da sede, seus anexos e todo o conjunto paisagístico (NAVARRO, 2016).

Após o tombamento pelo IEPHA, a fazenda Boa Esperança passou por uma série de levantamentos, na sede e em todo o seu entorno, com o objetivo de realizar restaurações. O principal intuito, era manter a preservação da casa sede em sua forma original, assim as restaurações na parte externa e interna do casarão deveriam ocorrer com toda a cautela, para que suas características pudessem ser mantidas. As restaurações objetivaram a conservação do patrimônio, fazendo com que a história do local não se perdesse com o tempo (NAVARRO, 2016).

Vários ambientes foram reformados, no ano de 2009, o muro que contorna toda área do casarão, passou por uma restauração mantendo a mesma originalidade, isso foi

possível devido a um levantamento realizado pelo IEPHA antes da restauração (CARVALHO, 2012).

Em entrevista com o jornalista Tarcísio Martins, o IEPHA declarou no ano de 2012 que o telhado da Casa de Engenho presente na Boa Esperança passaria por um projeto de reforma, a mesma seria responsabilizada pela empresa “Impacto Eng.<sup>a</sup> e Empreendimentos Ltda.” A conclusão da obra estava prevista para o mesmo ano. A reforma objetivou destinar a casa de engenho, a ser um pequeno centro cultural para a realização de eventos e recepções.

Contudo, após a reforma do telhado da casa de engenho, notou-se a ocorrência de uma descaracterização quando comparada ao telhado original. E além disso, observou-se na época a presença de plantas daninhas e a falta de manutenção do pátio, causando uma sensação de abandono por parte dos visitantes ao local. O casarão e a capela também permaneciam fechados e totalmente desprovidos de mobiliários.

Como parte do levantamento para a reforma do teto do engenho, constatou-se a necessidade de amplas reformas e manutenção: banheiros, parte hidráulica, elétrica, segurança, na sede da Fazenda. Porém o recurso disponibilizado não cobriria os gastos.

Segundo a notícia publicada, em setembro de 2014, pelo jornal Fator Real. O ministério público obteve novas medidas judiciais para proteção da fazenda Boa Esperança. A preservação da mesma, continuou em pauta de atuação do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e da Justiça mineira. Após ingressar, em 2012, com Ação Civil Pública (ACP) e obter liminar determinando a efetivação de vigilância patrimonial do imóvel, o MPMG, informado sobre o atual estado de abandono da fazenda e temendo por danos irreversíveis na construção histórica, ingressou com um pedido emergencial e obteve decisão favorável do Juízo de Belo Vale pela adoção de novas medidas de proteção.

Dessa forma, conforme foi decidido no ministério, o IEPHA e o Estado de Minas Gerais tiveram um prazo de 60 dias, sob pena de multa, para retirar do entorno da sede da fazenda todo o material que tem gerado riscos de incêndio e infestação de insetos xilófagos, incluindo toras de madeira, carcaça de veículo incendiados, restos de barracão, além de erradicar colônias de formigas e cupins presentes no local.

A Justiça também determinou a recuperação do teto e das paredes da construção que apresentam risco de desabamento, bem como a substituição de forros de esteio tomados por cupins e a finalização as obras de restauração da Capela do Nosso Senhor

dos Passos, com a recolocação dos painéis artísticos atribuídos ao mestre Manoel da Costa Ataíde.

Segundo o MPMG, a capela, que está integrada à fazenda, teve as obras de restauração suspensas em razão da completa infestação por cupins e os painéis artísticos do templo estão soltos no interior do imóvel, correndo o risco de danos.

Na ação ajuizada em 2012, o MPMG aponta uma série de problemas estruturais e de gestão do bem, com consequentes riscos de furtos, depredações e incêndios. Outra questão apontada pelo Ministério Público mineiro é a impossibilidade da abertura do bem à visitação de turistas.

Além das medidas cautelares já julgadas, o MPMG requer à Justiça que condene o IEPHA e o Estado a elaborarem e executarem projetos de restauração, de prevenção e combate a incêndio e de monitoramento contra furtos e roubos. As decisões tomadas tiveram como objetivo a preservação de um bem tão valioso para a história mineira.

Segundo a notícia liberada pela Agência Minas Gerais em agosto de 2015, o Governo iria liberar recursos para restauração da casa sede e capela da Fazenda Boa Esperança, os investimentos ficariam em torno de quatrocentos e oito mil reais. O plano de trabalho da revitalização prevê a análise, combate, controle e monitoramento de pragas, além da finalização da restauração da porta e a recuperação e instalação da cruz da capela da sede da Fazenda Boa Esperança. De acordo com o cronograma estabelecido, prevê-se o início das obras para o mês de agosto de 2015.

Soraia Aparecida Martins Faria, diretora de Conservação e Preservação do IEPHA, afirma que a data estipulada para o término da restauração é de quatro meses de agosto a dezembro de 2015, os serviços desta fase estão concentrados na restauração e instalação de porta e da cruz da capela. Além da recuperação e restauração da capela estima-se também a recuperação total do pontual do pau-a-pique e do muro em pedra, além da revisão do teto da sede e da capela, a substituição do forro em esteira e a revisão do guarda-pó em madeira destinado à proteção do forro pintado da capela.

“A restauração do retábulo (estrutura da parte superior) do altar-mor, da pintura do forro, de painéis laterais e de outros elementos artísticos da capela foi contratada em 2013 e encontram-se em fase de finalização”, enfatiza a diretora.

Em julho de 2016, o IEPHA divulgou que a Fazenda Boa Esperança passaria por uma restauração integral, com obras de restauração arquitetônica. O objetivo é garantir a preservação e a integridade física do bem cultural, além de ampliar as possibilidades de uso do local. A restauração leva em consideração os valores estéticos e históricos da

edificação, assegurando a adequação e compatibilidade aos elementos originais. Além das ações do governo, em andamento desde 2015, que viabilizaram a restauração da capela e obras emergenciais da edificação, há ainda uma parceria com o Instituto Inhotim, com o projeto Refazenda. Os investimentos são de aproximadamente cinco milhões de reais.

O Refazenda é um projeto que contempla ações integradas para a ocupação do local. A expectativa é de que, após a conclusão das obras, a Fazenda Boa Esperança esteja com infraestrutura adequada para receber visitantes do Estado e do país, potencializando seus desdobramentos em geração de renda para a região.

Dessa forma além da revitalização proposta pelo projeto Refazenda, o objetivo é também potencializar geração de renda para a região e as atividades educativas e sociais, de forma a inserir as comunidades quilombolas do entorno no projeto de sustentabilidade da Boa Esperança.

Em março de 2017, o IEPHA em parceria com o Inhotim, realizaram um evento na Fazenda Boa Esperança, onde estiveram presentes mais de 200 pessoas (Figura 16). O evento foi nomeado “Banquete da Boa Esperança”, com comidas típicas das comunidades quilombolas que após o término do período áureo, se desenvolveram próximas da Fazenda. Esse evento teve como finalidade a partilha de histórias e tradições para com a população.

Figura 16 Banquete da Boa Esperança.



Fonte: IEPHA (2017)

Essa atividade possibilitou o resgate das memórias gustativas e afetivas das comunidades e a ocupação da Fazenda com várias apresentações culturais, como coral e roda de capoeira. Vários alimentos e releituras de receitas das comunidades foram servidos, a exemplo do cubu (bolinho feito com fubá), bolinho de canjica recheado com broto de bambu e biscoito de polvilho. Tudo foi preparado com a colaboração dos moradores, após um levantamento dos ingredientes usados nas receitas.

As comunidades quilombolas Chacrinha dos Pretos e Boa Morte surgiram após o término do período da escravidão, nas proximidades da fazenda. Seus membros carregam lembranças de um passado de muito sofrimento na qual seus ancestrais viveram. Toda a tradição africana como costumes, cantos, danças e comidas típicas, são passadas até hoje para as gerações. As histórias de uma época de muito penar são contadas de mãe para filho, e as visitas à fazenda pelos membros das comunidades são frequentes.

Figura 17 Apresentação de membros da comunidade quilombola.



Fonte: Secretaria de Estado de Cultura (2019).

Nos momentos de visita à Fazenda Boa Esperança, os membros quilombolas realizam rituais com cantos e orações aos antepassados que ali viveram, com o propósito de pedir permissão para ali adentrarem, e todo o respeito por essa parte triste da história é transmitido aos que se interessam por conhecer a história dessas comunidades.

#### **4.7 Fazenda nos dias atuais**

Durante os anos de 2017 e 2018, a fazenda Boa Esperança passou por reformas, com restaurações estruturais e arquitetônicas e então reaberta para visita ao público. CARDOSO (2019).

A reforma foi realizada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, juntamente com o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), em parceria com a APPA – Arte e Cultura.

A preparação para a reabertura dispôs de um projeto museográfico que apresenta roteiros de visitação, identidade visual e desenvolvimento de peças gráficas. Além disso, distribuiu-se por toda a fazenda, tanto na parte externa como interna, painéis demonstrativos (Figura 18), que evidenciam pontos em sua história, também foram dispostos alguns ambientes com sonoplastia e vídeos que descrevem a história das comunidades quilombolas, além da exposição de objetos (Figura 19) encontrados na Boa Esperança.

Figura 18 Painéis demonstrativos ilustrando o cotidiano na fazenda.



Fonte: IEPHA (2019).

Figura 19 Exposição de objetos antigos que eram utilizados na fazenda.



Fonte: Michele Reis (2019).

Criou-se, portanto, toda uma estrutura para que seus visitantes contemplem e tenham conhecimento da grande importância desse bem cultural. O que possibilita uma

maior visibilidade para a fazenda, bem como a maior conservação da mesma por parte da população.

Além disso, o programa educativo “Encontro com Educadores - Redescobrimo Sentidos” (Figura 20), possui o intuito de formar, com os educadores, conhecimentos que estimulem as discussões e as práticas ao redor do tema patrimônio cultural. E no final do projeto é feita uma visita mediada na Fazenda.

Figura 20 Professores participam do projeto “Encontro com Educadores”.



Fonte: IEPHA (2019).

Segundo o secretário da Cultura de Minas Gerais, Marcelo Matte, "A reabertura da Fazenda Boa Esperança possibilita que a comunidade se aproprie e usufrua de um patrimônio que é dela. O espaço também será importante para a retomada do desenvolvimento econômico da região, ao lado de outros circuitos turísticos próximos”.

Com o objetivo de aumentar a atração de turistas para o local e diversificar as atividades programadas para o passeio a fazenda, tem sido estudado a possível construção de um parque ecológico na área, com a demarcação de trilhas para que os visitantes possam admirar ainda mais a beleza da paisagem e, além disso, entrar diretamente em contato com a natureza que cerca toda a fazenda.

Figura 21 Alunos fazem abraço coletivo na grande sapucaia presente em frente à casa sede.



Fonte: IEPHA (2019).

Segundo a presidente do IEPHA-MG, Michele Arroyo, a reforma que possibilitou a reabertura desse grande patrimônio cultural, tem grande importância para toda a população de Belo Vale. Michele afirma, “é uma importante etapa para a consolidação de um projeto de apropriação e fruição dos conteúdos de patrimônio que o espaço abriga”.

E evidencia que, o resgate histórico e cultural realizado na Fazenda, trata-se de um investimento não apenas na recuperação física do espaço, mas no projeto expositivo, educativo e receptivo para visitação possibilitando a ressignificação do bem cultural, destacando diversas partes da história da fazenda, desde o período da escravidão até a importância da mesma para a expansão de Belo Vale e região. Além disso, traz a Fazenda para uma centralidade local e regional, considerando seu potencial turístico e de ocupação pelos coletivos de cultura de Belo Vale”.

É importante salientar que todas as ações foram possibilitadas por meio do projeto de restauração e pelo ReFazenda, que permitiu que o público e as comunidades locais tivessem experiências e reflexões sobre patrimônio e políticas culturais.

Contudo, mesmo com todo o movimento de tomada de reabertura da fazenda, visando sua preservação e conservação por meio do resgate histórico e de atividades, que permitam o maior acesso a população a história da Boa Esperança. Observa-se a carência nas pesquisas e levantamentos quanto aos jardins, e pomar existentes. Sabe-se que os mesmos não estão passando por nenhum processo de revitalização, o qual traria muito mais valor e proteção à fazenda.

Assim sendo, evidencia-se que não só a estrutura física da fazenda pode ser caracterizada como paisagem cultural, mas sim a junção com a parte vegetativa que também faz parte da história. Diante disso, a análise da Boa Esperança como paisagem cultural da região, deve abranger não só seu acervo arquitetônico e artístico, bem como seu acervo ambiental.

## 5. CONCLUSÃO

Após a análise de toda a evolução histórica, cultural e paisagística da Fazenda Boa Esperança, foi possível concluir que pouco se tem em estudos que enfatizam o paisagismo nas fazendas históricas brasileiras, principalmente naquelas construídas ao longo da rota da Estrada Real. Sendo este, um fator limitante durante o desenvolvimento deste trabalho.

A Fazenda Boa Esperança foi um grande baluarte para o desenvolvimento e crescimento de Belo Vale e região, tanto no período aurífero quanto na fase em que a produção de alimentos tornou-se sua principal atividade, até os dias atuais, onde vem dando espaço para o acontecimento de outras atividades, estimulando o turismo no espaço rural.

Após receber os dois tombamentos e passar por um longo período de reformas e restaurações em todo o acervo artístico e arquitetônico, sabe-se que pouco foi feito pelo acervo paisagístico que também faz parte da descrição de toda a sua história. Os jardins históricos sendo estes, jardim-pomar ou jardim-horta carregam parte importantes de momentos vividos na fazenda. Acredita-se que a manutenção do pomar de jabuticabeiras e de todo o acervo paisagístico da fazenda, atrairia um maior número de visitas e estabeleceria uma releitura ainda mais evidente de épocas passadas.

As fazendas históricas imprimem um passado não muito distante, que certamente deve ser conhecido. A reconstrução da história desses locais, bem como a partilha da mesma com a população faz com que as pessoas se sintam conectadas a aquele ambiente e isso auxilia na maior e melhor conservação. A valorização de um bem tão grandioso como a fazenda Boa Esperança, além de trazer toda a história, também possibilita a criação de novos ciclos e novas narrativas.

E, sua análise como paisagem cultural da região além de trazer novas atribuições para o espaço, também receberia um maior reconhecimento e valorização, transformando-a em um grande patrimônio da humanidade.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, I. E. Construção e desconstrução do conceito de jardim histórico. **Revista de Pesquisas em Arquitetura e Urbanismo**, São Carlos, São Paulo. [s.n.] , 2008. v. 8, n. 2, p. 138-144.

ANGELIS, B. L. D.; ANGELIS NETO, G. Jardins históricos: introduzindo a questão. **Paisagem ambiente: ensaios**, São Paulo. [s.n.] , 2004. n. 21/22, p. 45-82.

BARROS, M. J. M. de. Origem da família Monteiro de Barros no Brasil. **Fazenda Boa Esperança**. Belo Vale, fev. de 2018.

CALES, G. D.; FERREIRA, G. E. A Estrada Real e a Transferência da Corte Portuguesa: Programa Rumys- **Projeto Estrada Real**. Rio de Janeiro, [s.n.], 2009. p.21-46.

CAMPOS, L. C. M. Patrimônio arqueológico da Serra da Moeda, Minas Gerais: uma "unidade histórico-cultural". **Revista CPC**, São Paulo. 2012. n. 13, p. 6-31, ISSN 1980-4466. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/cpc/article/view/15687>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

CARVALHO, W. **Fazenda Boa Esperança**. Grandes Fazendas-Canal Rural. [S.l.] 2012. Disponível em:< <http://www.portalminas.com/news/grandes-fazendas-fazenda-boas-esperanca-videos-canal-rural?uid=5129>>. Acesso em 21 fev. 2018. Não paginado.

COSTA, L. C. N.; GASTAL, S. A. Paisagem cultural: diálogos entre o natural e o cultural. **ANAIS... VI Seminário de Pesquisa em Turismo no Mercosul–saberes e fazeres no Turismo: Interfaces**, Universidade de Caxias do Sul, p. 1-14, 2010.

DELFIM, C.F.M. **Intervenção em Jardins Históricos: manual**. Brasília: IPHAN, 2005. 152 p.

FARIA, J. P. R. et al. **Fazenda Boa Esperança: Sustentabilidade e patrimônio**. Arqtextos, São Paulo, 2012. n. 144.04, Vitruvius. Disponível em:<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/12.144/4344>>. Acesso em 20 jun. 2018.

FERNANDES, M. **Barão de Paraopeba e seus descendentes em além paraíba: Os Monteiro de Barros e Nogueira da Gama. Além da Paraíba História**. [S.l.] 2010. Disponível em: < <http://alemparaibahistoria.blogspot.com/2010/08/o-barao-de-paraopeba-e-seus.html>>. Acesso em 4 jun.2018. Não paginado.

FERREIRA, J. P. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. 1958. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=227295>> Acesso em: 11 ago. 2020.

GIESBRECHT, R.M. **Estações ferroviárias do Brasil**. [S.l.] 2018. Disponível em: < [http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb\\_mg\\_paraopeba/belovale.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_mg_paraopeba/belovale.htm)>. Acesso em 20 jul. 2018. Não paginado.

HEIDTMANN JUNIOR, D.D.; LOCH, C. A paisagem cultural e as novas possibilidades para a atividade familiar rural. **Ciência Rural**, v.44, n.11, p.1988-1994, nov. 2014.

IPHAN; UFPEL; Prefeitura Municipal de Bagé. **Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural**. 2007, p. 01-02.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS (IEPHA). **O tombamento estadual do conjunto rural da Fazenda Boa Esperança foi efetivado pelo decreto nº 17.009, de 27 de fevereiro de 1975, e inscrito nos Livros de Tombo I – Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, II – de Belas Artes – e III – Histórico, das obras de Arte Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos**. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2017. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/14-patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/135-fazenda-da-boja-esperan%C3%A7a>>. Acesso em 23 jul. 2020.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS (IEPHA). **Guia de bens tombados**. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2014. Disponível em: <<http://iepha.mg.gov.br/index.php/publicacoes/guia-dos-bens-tombados>>. Acesso em 25 jul. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO (IPHAN). **Pesquisa em documentações presentes na instituição**. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2018.

IPHAN, PAISAGEM cultural. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, 2015. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/899>>. Acesso em: 05 de maio de 2020.

LUTTERBACH, M. Elza Cataldo estréia nos cinemas o filme Vinho de Rosas. **O tempo**. Minas Gerais, 2005. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/diversao/magazine/elza-cataldo-estrea-hoje-nos-cinemas-vinho-de-rosas-1.328841>>. Acesso em: 05 jun. de 2020.

MARTINS, S.; IGLÉSIAS, F; MAZZONI, S.; **Caminhos de Minas**. [S.l.] Ed. Publicações e Comunicações, 1992. Não paginado.

MARTINS, T. **Fazenda Boa Esperança: Belo Vale**. Minas Gerais, 2007. [s.n.]. Paginação irregular.

MARTINEZ, C. E. P. M. **Legados de um passado escravista: Cultura material e riqueza em Minas Gerais**. *Várias Histórias*. [S.l.], 2011. [s.n.] , v. 27, n. 46, p. 415-442.

MOURA, A. **Seguindo viagem pela história de Belo Vale**. [S.l.] 2012. [s.n.]. Não paginado.

NAVARRO, C. **Belo Vale e a Fazenda Boa Esperança**. *Viaggiando* [S.l.] 2016. Disponível em: < <https://www.viaggiando.com.br/2016/06/belo-vale-fazenda-boja-esperanca.html>>. Acesso em: 23 fev. 2018. Não paginado.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO). **Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural**. Paris, 1992.

PERDIGÃO, J. **Fazenda Boa Esperança: História**. Observatório Quilombola, [S.l.] 2006. Disponível em: < <http://www.koinonia.org.br/oq/noticias-detalhes.asp?cod=6290>>. Acesso em: 6 mar. 2018. Não paginado.

PEREIRA, L.S. As Fazendas do Sul de Minas e a formação do Território: valorização e salvaguarda do patrimônio regional. 2017. 253p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Urbanismo) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP.

RIO DE JANEIRO: Paisagens Cariocas Entre A Montanha e O Mar. **IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, 2018. Disponível em:< <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1836>>. Acesso em: 05 de maio de 2020.

SCIFONI, Simone. Paisagem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.